

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 918.383 RIO DE JANEIRO

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
RECDO.(A/S) : MARIA DOS REMÉDIOS DO CARMO COSTA
ADV.(A/S) : LEONARDO SANTOS DE VASCONCELLOS

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. PARIDADE REMUNERATÓRIA ENTRE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS. CUMPRIMENTO DE REGRAS DE TRANSIÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 47/2005. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base na al. *a* do inc. III do art. 102 da Constituição da República contra o seguinte julgado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

“AGRAVO LEGAL. REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. APOSENTADORIA INTEGRAL. PARIDADE. ARTIGO 3º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA EC Nº 47/2005, CUMULADO COM O ARTIGO 7º DA EC Nº 41/2003.

A preliminar de nulidade não merece acolhimento, diante da

ARE 918383 / RJ

total ausência de prejuízo à Fazenda, incidindo na hipótese o artigo 250 e seu §1º, do CPC.

Conforme documento anexado aos autos, a autora se aposentou com trinta e um anos e quatro meses de serviço, tendo a própria Administração destacado que tem ela direito à aposentadoria com proventos integrais, eis que se aposentou em 12/11/2007, em conformidade com a regra do artigo 6º da EC nº 41/2003, expressamente ressalvada pela EC nº 47/2005.

A Lei Municipal nº 388/2011 apenas alterou/padronizou as nomenclaturas do cargo em que se deu a aposentadoria, que passou de ajudante de serviços gerais para auxiliar de serviços gerais, devido ao fato de não haver diferença prática entre as funções.

Os honorários advocatícios arbitrados em 5% sobre o valor da condenação mostram-se razoáveis e compatíveis com a complexidade da lide.

Nega-se provimento” (doc. 4).

2. O Agravante alega contrariados os arts. 2º e 40 da Constituição da República, asseverando que

“a autora, no momento de sua aposentadoria, OPTOU pelo novo regime trazido pela EC 41/03, enquadrando-se, portanto, nos critérios gerais de aposentação, sendo certo, porém, que de acordo com estes critérios, não faz jus ao recebimento de proventos integrais.

(...)

Logo de início, é de se verificar que a aposentadoria da autora se deu em 2007. À época, portanto, já estava vigente a Emenda Constitucional nº 41/03.

(...)

É dizer: A partir da EC 41/03, proventos integrais não mais significa, como anteriormente, que os proventos corresponderão ao que o servidor percebia na ativa.

(...)

Conforme já exposto, a autora se aposentou pelas regras trazidas pela EC 41/03. Embora o ato de sua aposentadoria tenha previsto proventos integrais, uma vez que se enquadrava nas regras previstas no art. 40, § 1º, III da CRFB, de se ver que invariavelmente os

ARE 918383 / RJ

proventos de aposentadoria da autora não corresponderiam à integralidade do que ela recebia quando na ativa” (doc. 4).

3. O recurso extraordinário foi inadmitido sob os fundamentos de ausência de ofensa constitucional direta e de incidência da Súmula n. 279 deste Supremo Tribunal.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

4. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade da formação de instrumento, sendo este o caso.

Analisam-se, portanto, os argumentos postos no agravo, de cuja decisão se terá, na sequência, se for o caso, exame do recurso extraordinário.

5. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

6. O Tribunal de origem decidiu:

“No mérito, a decisão proferida no reexame necessário não merece reforma. Conforme documento anexado aos autos, peça eletrônica 117, fls. 123, a autora se aposentou com trinta e um anos e quatro meses de serviço, tendo a própria Administração, no aludido documento, destacado que a autora tem direito à aposentadoria com proventos integrais, eis que se aposentou em 12/11/2007, em conformidade com a regra do artigo 6º da EC nº 41/2003, expressamente ressalvada pela EC nº 47/2005.

(...)

Como visto, a autora faz jus a proventos integrais e à paridade, com base no artigo 3º, parágrafo único, da EC nº 47/2005, cumulada com o artigo 7º da EC nº 41/2003. Ademais, a Lei Municipal nº 388/2011 apenas alterou/padronizou as nomenclaturas do cargo em

ARE 918383 / RJ

que se deu a aposentadoria, que passou de ajudante de serviços gerais para auxiliar de serviços gerais, devido ao fato de não haver diferença prática entre as funções” (doc. 4).

Este Supremo Tribunal assentou que o servidor ingresso no serviço público antes da Emenda Constitucional n. 41/2003, mas aposentado após aquela emenda, tem direito à paridade remuneratória e à integralidade no cálculo de seus proventos, desde que observadas as regras de transição dos arts. 2º e 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO, INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR 977/2005, DO ESTADO DE SÃO PAULO. DIREITO INTERTEMPORAL. PARIDADE REMUNERATÓRIA ENTRE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS QUE INGRESSARAM NO SERVIÇO PÚBLICO ANTES DA EC 41/2003 E SE APOSENTARAM APÓS A REFERIDA EMENDA. POSSIBILIDADE. ARTS. 6º E 7º DA EC 41/2003, E ARTS. 2º E 3º DA EC 47/2005. REGRAS DE TRANSIÇÃO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I - Estende-se aos servidores inativos a gratificação extensiva, em caráter genérico, a todos os servidores em atividade, independentemente da natureza da função exercida ou do local onde o serviço é prestado (art. 40, § 8º, da Constituição). II - Os servidores que ingressaram no serviço público antes da EC 41/2003, mas que se aposentaram após a referida emenda, possuem direito à paridade remuneratória e à integralidade no cálculo de seus proventos, desde que observadas as regras de transição especificadas nos arts. 2º e 3º da EC 47/2005. III - Recurso extraordinário parcialmente provido” (RE n. 590.260, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, Plenário, DJe 23.10.2009).

O acórdão recorrido harmoniza-se com essa orientação jurisprudencial.

ARE 918383 / RJ

7. A apreciação do pleito recursal, quanto à observância dos critérios previstos nas Emendas Constitucionais ns. 41/2003 e 47/2005 para a paridade remuneratória entre ativos e inativos, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório constante do processo, procedimento inviável em recurso extraordinário. Incide, na espécie, a Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CARGO COM DENOMINAÇÃO ALTERADA POR NORMA POSTERIOR À APOSENTADORIA DE SERVIDOR. PARIDADE DE REMUNERAÇÃO ENTRE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS. FUNDAMENTO INFRACONSTITUCIONAL SUFICIENTE E NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS: SÚMULAS N. 279 E 283 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (RE n. 668.568-AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 3.4.2013).

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PENSIONISTA DE SERVIDOR PÚBLICO BENEFICIADO PELA REGRA DE PARIDADE. NATUREZA JURÍDICA DE GRATIFICAÇÃO PAGA AOS ATIVOS. AUSÊNCIA DE QUESTÃO CONSTITUCIONAL. SÚMULAS 279 E 280/STF. PRECEDENTES. Hipótese em que, para dissentir da conclusão do Tribunal de origem quanto à natureza jurídica das vantagens, se genéricas ou pro labore faciendo, seria necessário analisar a legislação infraconstitucional pertinente e rever os fatos e provas constates dos autos. Incidência das Súmulas 279 e 280/STF. Agravo regimental a que se nega provimento” (RE n. 467.529-AgR, Relator o Ministro Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 2.2.2015).

Nada há a prover quanto às alegações do Agravante.

8. Pelo exposto, **nego seguimento ao agravo** (art. 544, § 4º, inc. II, al.

ARE 918383 / RJ

a, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 7 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora